

Sarney assina pacto ^{discurso}

tica

29/11/85, SEXTA-FEIRA • 5

das Nações Unidas

"Nada afeta nossa soberania mais do que o atropelo à liberdade, a violação de um direito, a repressão de uma aspiração legítima" disse ontem o presidente José Sarney ao assinar os textos da Convenção Americana de Direitos Humanos e dos Pactos das Nações Unidas sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos e Sociais, que encaminhou ao Congresso Nacional.

Durante solenidade no Palácio do Planalto, que contou com a presença do jurista Sobral Pinto e de ministros de Estado, o presidente José Sarney enfatizou, após a assinatura dos textos, que "os direitos humanos são a própria essência do pluralismo e da convivência democrática" que se pretende consolidar no Brasil.

O presidente Sarney lembrou, durante a solenidade o compromisso que assumiu, como chefe da Nação, perante a comunidade internacional quando discursando na abertura da 40ª Assembléia Geral das Nações Unidas reafirmou a posição brasileira à favor dos direitos humanos e das liberdades democráticas.

A mensagem assinada ontem, na opinião do presidente da República, encontrará boa acolhida no Congresso Nacional, pois, resume, no apoio a três atos internacionais, a real posição do povo brasileiro e do governo da Nova República que, desde sua posse, se empenhou na promoção de iniciativas vinculadas à essência das liberdades democráticas.

E a seguinte a íntegra do discurso do presidente da República:

"Assino aqui a mensagem que envia para exame do Congresso Nacional a adesão do Brasil à Convenção Americana de Direitos Humanos e aos pactos das Nações Unidas sobre Direitos Civil e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Estou convencido de que este é um passo fundamental no compromisso solene da reconstrução democrática do País.

A liberação e a dignidade humanas são os maiores valores e que aspira toda sociedade democrática. São, ao mesmo tempo, objetivo e instrumento de toda ação política, de todo projeto de construção de uma Nação mais justa. Mais justa e mais poderosa, pois só uma nação que tenha liberdade e dignidade humanas tem direito a aspirar a qualquer poder.

Quando o povo brasileiro se lançou às ruas pedindo mudanças e conciliação, a defesa dos direitos humanos no Brasil assumiu a condição de um programa amplo, a ser cumprido por toda a Nação e por todos os setores da vida nacional.

Empossada, a Nova República empenhou-se na promoção de iniciativas vinculadas à essência das liberdades democráticas. O repúdio visceral a toda forma de violência, quer por parte do Estado, quer por parte de indivíduos; o respeito absoluto à lei e à Justiça; a convivência democrática entre os poderes; a restituição do pleno direito ao sufrágio para a escolha dos governantes em todos os níveis; a convocação da Assembléia Nacional Constituinte; a extinção de todas as formas de censura e o início de um amplo debate nacional em torno dos principais problemas que afetam o País foram alguns dos passos decisivos que demos nesse campo.

Os direitos humanos são a própria essência do pluralismo e da convivência democrática que pretendemos consolidar no Brasil. Sua defesa e promoção cabem a todos. O progresso e o desenvolvimento nada representam se sufocam a liberdade, atropelam direitos e oprimem os homens. A paz e a estabilidade do mundo dependem da preservação da liberdade e do respeito de todos os homens, comunidade e países uns pelos outros.

Por isso é que os idealizadores das Nações Unidas atribuíram à organização, como um dos meios de preservar a paz, a tarefa de promover a dignidade do homem onde quer que ela fosse atropelada pelo autoritarismo, pelo

arbitrio, pela força; pela opressão, pela miséria.

Quando levei à ONU, em setembro último, a palavra deste novo Brasil que estamos construindo, anunciei, do alto da tribuna máxima da humanidade, perante nós mesmos e perante toda a comunidade internacional, o compromisso solene, soberano e inarredável do País de se juntar a todos os esforços internacionais para garantir o respeito e a proteção aos direitos civis, políticos, sociais e culturais de todos os homens.

Assinei, naquela ocasião, a convenção das Nações Unidas contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. Iniciava, em nome do Brasil, e no plano interno vínhamos procurando cumprir desde março deste ano: criar condições para fazer do próprio Estado um guardião dos direitos humanos no Brasil, em seu sentido mais amplo, para tornar cada brasileiro um cidadão no sentido da palavra. Nossa ação externa, com essa mudança qualitativa de suas preocupações e objetivos, demonstra coerência e afinidade com o que pregamos dentro de nossas fronteiras.

A mensagem que acabo de assinar encaminha a alta consideração do Congresso Nacional os textos que já contam com a participação de um número muito expressivo de países. Prestamos com este gesto o nosso tributo ao trabalho de promoção dos direitos humanos no continente, sob a égide da Organização dos Estados Americanos, e em todo o mundo, sob a inspiração das Nações Unidas.

O Brasil acrescenta assim uma nova Área de Contato com todos os povos do mundo, em especial com as nações irmãs e vizinhas da América, nesta etapa histórica de reconquista da liberdade e de reconstrução da democracia no continente.

Estou certo de que a comunidade política e jurídica do Brasil saberá avaliar em toda sua grande dimensão a importância da adesão do Brasil a essas convenções. Adquirirá a justiça brasileira um instrumento adicional para alcançar seus fins e os cidadãos brasileiros terão ao seu alcance outros dispositivos a acionar para que o Estado brasileiro lhes garanta justiça e respeito aos seus direitos e liberdades.

Com esse gesto soberano, o Estado brasileiro procura reforçar a confiança de seus cidadãos no Poder Judiciário e nas leis e deixar claro que, neste País, procuramos que não haja espaço possível para a denegação de justiça ou para julgamentos manifestamente injustos ou viciados.

Nada afeta nossa soberania mais do que o atropelo à liberdade, a violação de um direito, a repressão de uma aspiração legítima.

Senhoras e senhores,

Quero dizer uma palavra especial, neste momento de reconciliação que o País vive, neste momento em que procuramos enfrentar os problemas que afligem o País com o exemplo do trabalho, sobre o problema da tortura e de outros tratamentos desumanos.

Em muitos lugares, principalmente naqueles que acreditam que os Estados onipresentes são a solução para tudo, esse instrumento de obtenção de confissões e de controle, que foi utilizado na Idade Média e em outros momentos da história do mundo, voltou a ser usado. Isso, no entanto, é a pior baixa, a pior covardia. E terrorismo de Estado. E exorbitância de poder. E não há ideais que possam esconder essa covardia.

Quero dizer que acredito que a vida humana é sagrada. Acredito naquilo que o Evangelho diz: "Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade". E isso decorre do dom sagrado da vida, que se renova em cada nascer de novo ser humano, como simboliza o próprio Natal.

Todos aqueles que acreditam que a vida é sagrada não podem ficar calados com nenhuma injustiça, muito menos aquelas que atingem fisicamente o corpo e a mente dos seres humanos.